

## “PSICOLOGÍA SOCIAL DEL RACISMO Y LA FORMACIÓN EN PSICOLOGÍA”

### “SOCIAL PSYCHOLOGY OF RACISM AND PSYCHOLOGY DEGREE”

### “PSICOLOGIA SOCIAL DO RACISMO E A FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA”

**Investigadores:** Claudia Mayorga<sup>1</sup>; Cássia Reis Donato; Larissa Amorim Borges y Luciana Maria de Souza

CDID “Centro de Documentación, Investigación y Difusión de la Carrera de Psicología”<sup>2</sup>  
Universidad Católica “Ntra. Sra. De la Asunción”

---

### Resumen

En este trabajo presentamos y reflexionamos acerca de la asignatura Psicología Social del Racismo celebrada en el curso de Psicología de la Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil en 2009 y 2011. Considerando que ciencia y enseñanza superior no deben alejarse del ejercicio de problematizar aspectos violentos, autoritarios, discriminatorios y excluyentes, ofrecemos el curso con el objetivo de debatir con psicólogos en formación sobre: la función social, política y económica de la raza; las especificidades del racismo brasileño y su inserción en campos diversos como trabajo, educación, religiosidad, cultura y la dinámica psicosocial y psicopolítica de las formas individuales y colectivas para enfrentamiento al racismo. Analizamos elementos epistemológicos, teóricos, metodológicos, éticos y políticos necesarios para la construcción de una posición crítica que posibilite analizar el problema del racismo considerando su complejidad, así como contribuir para su enfrentamiento en los diversos campos de actuación de los psicólogos.

**Palabras Clave:** Racismo, Psicología Social, formación en Psicología, Brasil.

---

<sup>1</sup> Remitir correspondencia a: [mayorga.claudia@gmail.com](mailto:mayorga.claudia@gmail.com) Claudia Mayorga. Universidade Federal de Minas Gerais. Brasil.

<sup>2</sup>Correspondencia remitir a: [revistacientifcaeureka@gmail.com](mailto:revistacientifcaeureka@gmail.com), o a [norma@tigo.com.py](mailto:norma@tigo.com.py) “Centro de Documentación, Investigación y Difusión de la Carrera de Psicología”, FFCH-Universidad Católica de Asunción-Paraguay.

## Abstract

In this work we present and reflect on the experience of offering the course Social Psychology of Racism in the graduation course in Psychology at the Federal University of Minas Gerais, Brazil in 2009 and 2011. We considerate that the course aims is to discuss with psychologists in training about the social, political and economic function of race in our society, the specificities of Brazilian racism and its insertion in different fields of society such as labor, education, religion, culture, etc, as well as aspects of historical, psychosocial, psycho dynamics of individual and collective ways of coping with racism. To this end, we estudie epistemological, theoretical, methodological, ethical and policy aspects necessities for the construction of a position criticizes that allows to analyze the problem of racism in our society considering its complexity, as well contribute to solving them in the various fields of psychology.

**Keywords:** Racism, Social Psychology, Psychology degree, Brazil.

## Resumo

Neste trabalho refletimos acerca da experiência de oferta da disciplina Psicologia Social do Racismo no Curso de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil em 2009 e 2011. Considerando que ciência e ensino universitário não devem se isentar da tarefa de problematizar aspectos violentos, autoritários, discriminatórios e excludentes da sociedade, ofertamos essa disciplina. O objetivo foi debater com psicólogos em formação acerca da função social, política e econômica da raça; as especificidades do racismo à brasileira e sua inserção nos campos diversos da sociedade como trabalho, educação, religiosidade, cultura; bem como aspectos da dinâmica psicossocial e psicopolítica das formas individuais e coletivas de enfrentamento ao racismo. Para tanto, destacamos elementos epistemológicos, teóricos, metodológicos, éticos e políticos necessários para a construção de uma posição crítica que possibilite analisar o problema do racismo considerando sua complexidade, e que contribua para seu enfrentamento nos diversos campos de atuação dos psicólogos.

**Palavras-Chave:** Racismo, Psicologia Social, formação em Psicologia, Brasil.

Ações e conquistas importantes da agenda da luta pela promoção da igualdade racial no Brasil têm sido realizadas, não sem dificuldades e desafios. Há um crescente reconhecimento de que o racismo opera efetivamente no país promovendo e acentuando o acesso desigual a direitos, políticas públicas, com acesso restrito a serviços e atendimentos, o que indica que há um longo caminho para percorrer.

Entre essas ações e conquistas destacamos as que têm sido direcionadas ao campo da educação, reivindicação nada recente do movimento negro. Desde 1930, grupos do movimento negro tem alertado sobre a necessidade da implementação de políticas públicas que garantam o acesso à educação pela população negra.

Tal luta vai atravessar grande parte do século XX e a partir dos anos 1970, o movimento negro incluirá entre as suas reivindicações, a necessidade de se estabelecer, nomeadamente, uma educação não-racista (Silva, Barbosa, 1997; Oliveira, Silva, 2000; Oliveira, 2000). Terminada a primeira década do século XXI, lutas, conquistas e ações pela igualdade racial caracterizam um campo efervescente, tenso e sobretudo desafiante para a efetiva promoção da igualdade racial no país.

Uma conquista considerável se refere à Lei 10.639, aprovada em 9 de janeiro de 2003 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e torna obrigatório o ensino sobre História de Cultura Afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares.

Outro movimento que deve ser destacado se refere à luta por ações afirmativas no ensino superior que teve recentemente, sua constitucionalidade reconhecida por unanimidade pelo Supremo Tribunal Federal brasileiro, em abril de 2012. Destaca-se também a instituição de programas de democratização do acesso e permanência de estudantes negros, indígenas e oriundos de escolas públicas ao ensino superior. Iniciativas como o Programa Universidade para Todos (PROUNI) com expressivo impacto no acesso de jovens negros às instituições privadas de ensino superior; programas de educação indígena; a crescente incorporação de políticas de democratização do acesso através de cotas sociais e raciais pelas instituições federais e estaduais de ensino superior em todo o Brasil são alguns aspectos que apontam para avanços no campo da promoção da igualdade racial.

Identificamos, sobretudo, elementos que apontam para o reconhecimento de negros e negras como participantes iguais na política e na constituição da sociedade – a ação coletiva do movimento negro junto a outros atores no país questionou padrões institucionais e legais de exclusão e hoje identificamos como esses atores, em intenso diálogo com a sociedade civil e o estado, tem sido capazes de propor outros padrões institucionais e legais de inclusão o que é um passo importante para a promoção da justiça social.

Contudo, os desafios são inúmeros: o combate ao racismo institucional no campo das políticas públicas; a regularização e titulação de terras para a população quilombola; o acesso igualitário a postos de trabalho; o combate à violência sexual e doméstica que incide majoritariamente entre as mulheres e crianças negras; a violência e extermínio que atinge jovens negros das periferias, dentre outros. Junte-se a isso, o grande desafio é concretizar a desconstrução necessária de discursos e práticas fortemente naturalizados que tomam os negros como desiguais e inferiores a partir de parâmetros individuais e ancorados na ideologia meritocrática, sem historicizar e analisar a dimensão das relações de poder na construção de promoção dessa inferioridade, além de mascarar essa desigualdade com a ideia do Brasil como lócus da harmonia racial. A injustiça social e econômica que atinge os negros no país envolve dimensões culturais e simbólicas, não menos importantes para a compreensão da desigualdade racial e para a promoção da igualdade.

Todas essas questões têm gerado reações e posições bastante controversas sobre a questão racial no Brasil instituindo o debate que recorrentemente foi evitado ou negligenciado ao longo da história do país. A preocupação com a questão racial tem (re)instaurado a discussão sobre qual sociedade queremos com a emergência ou explicitação de perspectivas bastante distintas e controversas calorosas. Se por um lado a temática racial possui uma inserção pública significativa através do reconhecimento da desigualdade racial como um problema que deve ser enfrentado de forma específica, identificamos outras posições que não compartilham de tal reconhecimento.

Posições como aquelas que retomarão, em diversos campos, inclusive no científico, o debate da miscigenação como constitutiva da nossa identidade de brasileiros, o que impediria, segundo tal posição, a prática do racismo, já que o seu “alvo” não poderia ser identificado. Identificamos ainda posições que reconhecerão na pobreza a grande questão a ser enfrentada pelas políticas públicas, sendo a igualdade racial compreendida como uma consequência da igualdade sócio-econômica; ou ainda a deslegitimação do debate instaurado pelo movimento negro indicando que ao pautar o problema da desigualdade racial e do racismo no Brasil, o movimento negro estaria criando um conflito inexistente, racializando a sociedade brasileira o que seria uma ameaça para a unidade do país e para a identidade brasileira (Mayorga, 2011).

Para que possamos construir um mundo com justiça social e igualdade, certamente precisamos elaborar formas de enfrentar a problemática do racismo. A ciência e o ensino universitário não devem se isentar dessa tarefa. Nesse sentido, faz-se necessário um empenho epistemológico de compreensão do racismo enquanto prática produzida em relações de poder, o que exige o entendimento não apenas da “condição” de negros e indígenas, mas também das posições privilegiadas da classe dominante branca nessas relações e os impactos nas instituições, cultura, subjetividades, da ideologia do branqueamento enquanto ideal de estética, cultura, racionalidade (Carone & Bento, 2002).

Para isso é fundamental ir além de uma compreensão de raça enquanto atributo de sujeitos negros, indígenas, etc. É imprescindível que esta seja entendida enquanto produzida em relação, o que permite problematizar uma suposta neutralidade ou não-racialização da posição do branco na sociedade brasileira. A Psicologia, campo de conhecimento que, ancorando-se em discursos e práticas pretensamente neutras, tantas vezes produziu saberes que levaram a legitimar desigualdades e opressões sociais, deve e pode colaborar para a mudança dessa situação. Mais especificamente a psicologia social pode contribuir com a compreensão dos fatores psicossociais que sustentam e perpetuam o preconceito contra negros e outros grupos étnico-raciais, além de contribuir com práticas de enfrentamento a essas desigualdades dentro e fora do contexto universitário.

O psicólogo é um profissional que atua em diversas instituições como escolas, comunidades populares, empresas e estado e, portanto, possui inserção ampla para interferir, de diversas maneiras, na erradicação de práticas preconceituosas e discriminatórias em relação a grupos sociais diversos.

Além disso, pode contribuir com a proliferação de posturas cooperativas e práticas dialógicas que tomam a diversidade e pluralidade de culturas e saberes como um princípio fundamental para a construção de uma sociedade mais igualitária. Neste trabalho apresentamos a experiência de oferta de uma disciplina no Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, intitulada *Psicologia Social do Racismo* ofertada em dois semestres - primeiramente no ano de 2009 e posteriormente no ano de 2011.

### ***Visibilizar, sistematizar e sensibilizar: desafios para a Psicologia Social do Racismo***

Ao ofertarmos essa disciplina, muitos aspectos desafiadores precisaram ser considerados. O primeiro deles se referiu à constatação da ausência histórica de uma disciplina que focasse, especificamente, a discussão da questão racial brasileira dentro da formação em Psicologia na Universidade Federal de Minas Gerais, situação que se repete em várias universidades em todo o país.

No conjunto de disciplinas ofertadas na graduação em Psicologia até então, quando a questão racial era abordada, ocorria ora na perspectiva de uma psicologia das diferenças individuais onde a questão racial, a partir de uma paradigma individualista e psicologizante, é frequentemente compreendida como diferença e não desigualdade (Herrnstein & Murray, 1994; Flores-Mendoza & Colom, 2006), ora em uma perspectiva crítica, mas nem sempre abordada de forma central, associada a outras discussões dentro da psicologia social no campo de estudos dos movimentos sociais, estudos de gênero o que seguramente consiste em contribuição relevante. Diante de um cenário no qual raramente se focaliza a dinâmica psicossocial do racismo enquanto tema/problema a ser enfrentado pela psicologia, a proposta de tal disciplina pretendeu promover o debate sobre as relações raciais e racismo no Brasil tomando-as como centrais para a compreensão da sociedade brasileira, com foco nos aspectos psicossociais.

Ofertamos essa disciplina a partir do entendimento de que a construção social das raças e suas lógicas de poder influenciam diretamente na organização da sociedade brasileira e nas posições ocupadas por diferentes sujeitos e saberes nessa estruturação. Buscamos com essa disciplina contribuir, ao mesmo tempo, para evidenciar as conseqüências reducionistas que o pensamento psicológico teve para a compreensão das questões raciais na sociedade brasileira ao longo da sua história, consolidando conceitos e práticas (Masiero, 2005; Tadei, 2002) e apresentar um campo de conhecimento sobre os aspectos psicossociais do racismo no Brasil (sua constituição, conseqüência e enfrentamentos) que pudessem contribuir com a formação crítica de futuros psicólogos.

A segunda questão desafiante foi aliar sensibilização dos estudantes ao debate teórico necessário à proposição de uma disciplina acadêmica. A *Psicologia Social do Racismo* pretendeu apresentar o acúmulo de conhecimento produzido sobre nossa realidade racial aos psicólogos em formação, expondo, a partir do trabalho com os principais conceitos e debates da área, os estudos raciais como uma área de produção científica consolidada. Com isso, pretendíamos, dentre outras coisas, trabalhar a importância de, enquanto profissionais, educadores e sujeitos em formação vinculados à psicologia, nos implicarmos em termos de rigor teórico e epistemológico com os estudos raciais, na mesma medida em que a psicologia tem investido em outras problemáticas ao longo de sua história.

No entanto, a partir da experiência com a temática racial em espaços fora da academia, a construção da disciplina também almejou mobilizar afetos e permitir a discussão de vivências e experiências para além da dimensão teórica. O objetivo principal dessa proposição era garantir, a partir da exploração diversificada, a construção de sensibilidades a aspectos de nossa sociedade até então invisíveis ou relegados ao *outro*, aquele considerado como o único afetado pelos problemas raciais. Já uma racionalização excessiva da questão racial poderia levar a um ocultamento ou invisibilização da posição dos participantes da disciplina.

Por isso, convidamos também os estudantes ao exercício da reflexividade (Mayorga, Ziller, Magalhães & Silva, 2010), isto é, a tomarem a si mesmos como objeto de reflexão. Isso se deu a partir da compreensão e reflexão da própria condição racial que, como sabemos, é frequentemente desconsiderada no campo da ciência, já que a perspectiva predominante segue sendo o da neutralidade e da objetividade como distanciamento, não permitindo um olhar localizado (Haraway, 1995) e sobre os efeitos de poder (Foucault, 1979) da posição do pensador/ acadêmico/ cientista/ profissional. Convidamos, desde o início, os estudantes a (re)construírem suas lentes para olhar e analisar a sociedade, e para tanto, uma concepção de ciência como relação e prática social fez-se necessária. Ao abordar uma temática tão invisibilizada em nossa sociedade como é a questão racial, faz-se necessário uma reorientação epistemológica, principalmente focada na desconstrução de olhares dicotomizantes e valorativos.



O tratamento das questões raciais exige, em nosso entender, um exercício contínuo de descolonização do pensamento, o deslocamento da racionalidade hegemônica que usamos para pensar nossa realidade para uma perspectiva que nos permita *ver o invisível* (Cruz, Ziller & Nonato, 2010).

O terceiro aspecto desafiante se referiu a considerar que diante da diversidade de orientações teóricas e epistemológicas da psicologia era necessário construir uma disciplina, que partindo do campo da Psicologia Social, contribuísse para a formação de psicólogos, considerando a diversidade de teorias e campos de atuação presentes no campo científico e profissional do/a psicólogo/a. O desafio se traduziu na formulação de um programa de curso que não estivesse associado exclusivamente a formação do psicólogo social e as suas possíveis especificidades. A intenção foi discutir a temática racial como parte da realidade brasileira e por isso como um elemento a ser problematizado, pensado e considerado em qualquer campo da psicologia, como ciência ou profissão.

Nos dois semestres em que *Psicologia Social do Racismo* foi ofertada na categoria de disciplina optativa, o número de estudantes interessados foi bastante significativo (70 alunos na primeira turma e 60 na segunda).

Embora, entre alguns professores do Departamento de Psicologia a oferta de uma disciplina com a abordagem de um tema “tão específico” fosse alvo de estranhamento, entre os estudantes, as razões que os levavam a buscar um curso com essa temática eram bastante variados: encontramos desde alunos que precisavam concluir seus créditos para a formatura, o que não consistia na maioria dos interessados, a alunos que traziam inquietações e questões de cunho pessoal, político ou profissional diante do racismo. Muitos explicitavam um desconhecimento absoluto sobre a questão racial brasileira e reconheciam que a principal forma de se informarem sobre tais questões se dava através da mídia.

Poucos tinham lido sobre o assunto e tinham, em alguns momentos, visões bastante estereotipadas sobre o tema. Um aspecto, contudo, nos pareceu bastante curioso e que caracterizamos como um ponto de partida importante: havia um reconhecimento da necessidade de melhor formação e informação sobre a temática. Muitos já vinham de uma trajetória de formação em psicologia social e já haviam cursado outras disciplinas da área, outros traziam experiências em estágios profissionais com grupos sociais minoritários, principalmente no campo das políticas públicas. Vale destacar que o número de estudantes em sala era predominantemente de estudantes auto-declarados brancos.

### ***A proposta***

Diante desses desafios, propusemos a construção de um programa que contemplasse em suas unidades elementos que buscassem responder às demandas levantadas, muitas delas coincidentes com nossos interesses em ofertar a disciplina, na tentativa de tornar visíveis as dinâmicas e desigualdades sociais envolvidas na configuração racial brasileira. Muito do que foi abordado é fruto de projetos desenvolvidos no âmbito do Núcleo de Psicologia Política e também do Programa Conexões de Saberes na UFMG que através de atividades de iniciação científica, iniciação à extensão, pós-graduação e parcerias interinstitucionais tem buscado abordar a questão do racismo, suas conseqüências e seus enfrentamentos a partir de uma perspectiva psicossocial e psicopolítica. A oferta da disciplina contou com a participação de professora responsável e três mestrandas que atuam em grupos pela igualdade racial e/ou pesquisam tais questões.

O trabalho prévio com a questão, seja através do trabalho acadêmico, ou da militância, nos ajudou a delinear um caminho argumentativo para a disciplina que contemplou desde a localização dos estudos sobre preconceito no campo da psicologia social de uma forma mais geral, até a leitura crítica de teóricos que marcaram o racismo científico no Brasil reproduzindo e produzindo discursos sobre a inferioridade de negros e mestiços, passando pelo pensamento que marcou os primórdios do que o movimento negro vai chamar posteriormente de mito da democracia racial e suas conseqüências para os sujeitos e a sociedade de uma forma geral. Interessava-nos também, debater

a relação entre o racismo à brasileira e os campos da saúde, educação, gênero e sexualidade, mídia e religião, com especial atenção para as conseqüências dessa relação. Do mesmo modo, a análise psicossocial das formas de enfrentamento ao racismo foi alvo de nossas reflexões, com foco na análise do movimento negro no Brasil, a constituição da sua complexa identidade política, suas principais lutas e conquistas. Fizemos a escolha por priorizar o uso de autores/as brasileiros/as que em sua produção contribuíram para a compreensão de aspectos de sociedade brasileira tanto do campo da psicologia social quanto da educação, sociologia, ciência política, antropologia e comunicação social.

### ***Um denso percurso***

A Psicologia dentro do escopo das ciências humanas é um campo que tem se dedicado de forma ativa na elaboração conceitual sobre o preconceito.

Na disciplina, trabalhamos com a apresentação dos estudos sobre preconceito como um campo clássico da psicologia social na discussão sobre as dinâmicas que permitem a perpetuação e invisibilidade das desigualdades sociais, e, portanto contribuem para a compreensão das relações raciais. Para essa discussão trabalhamos com o preconceito assim como apresentado por Prado e Machado (2008) como um mecanismo de manutenção de hierarquia entre os grupos sociais, atuando a partir da legitimação de inferioridades sociais construídas na história de uma sociedade. Trabalhamos também a perspectiva de Adorno e Horkheimer (1978) sobre preconceito na teoria crítica e a discussão do preconceito e o cotidiano realizada por Agnes Heller (1972).



Essa identificação de um campo de estudos sobre preconceito se deu a partir de duas abordagens distintas: apresentando esse campo na psicologia social, mas também indicando as insuficiências ou limites de algumas dessas perspectivas – principalmente as de caráter mais psicológico – para a compreensão do racismo à brasileira.

Após essa breve introdução, passamos a problematizar o que chamamos de *Invenção da Raça*. Nesse momento, nos interessava analisar as funções políticas, econômicas e sociais que o conceito de *raça* teve/tem nas sociedades. Para tanto, buscamos em alguns autores dos estudos pós-coloniais e também do chamado feminismo negro, as principais referências.

Enfocamos, a partir do trabalho de Quijano a consolidação da ideia da *raça* como fruto da construção social do outro desigual, a partir da explicitação das funções que a classificação social de *raça* e a construção de identidades raciais subalternas na humanidade exerceram na configuração de relações de dominação social (Quijano, 2005).

Tínhamos também a necessidade de discutir a formulação da ideia de *raça* como uma construção social, que escapando ao realismo biológico, tem funções sociais, políticas e econômicas, como dissemos anteriormente. Para tanto buscamos ler e problematizar autores como Nina Rodrigues, Arthur Ramos e Oliveira Viana vinculados em maior ou menor grau ao que se denominou de racismo científico no Brasil.

O mote dessa discussão se deu pelo trabalho de Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2005) que afirma que o conceito de “*raça*” não diz de nenhuma realidade natural, ao contrário, esse conceito significa uma forma de classificação social baseada em atitudes negativas direcionadas a certos grupos sociais. Segundo Guimarães (2005) esse conceito possui uma realidade social plena capaz de, por exemplo, fazer parecer como natural preconceitos, interesses e valores sociais negativos relacionado aos negros.

O próximo passo foi delinear o racismo e como ele se constitui/institui no Brasil, com foco na análise do mito da democracia racial.

Ao concordarmos com Nogueira (2007) e Pereira (2003) na afirmação de uma especificidade na configuração do modelo racial brasileiro como distinto do encontrado em outras regiões do mundo, destacamos nesse momento, a importância de compreender e explicitar a ambigüidade que nos é tão peculiar como um ponto de partida para a construção de alguma resposta aos problemas de ordem racial no Brasil. Fragmentos da obra *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre (2002), foram objeto de nossas análises.

A ambigüidade e invisibilidade na qual se estrutura nosso modelo racial têm variados aspectos e o que nos interessou nessa unidade foi primeiramente considerar dois pontos que sustentam sua produção e reprodução. O primeiro ponto seria a Democracia Racial brasileira compartilhada como um mito, assim como apresentado por vários autores, entre eles, Chauí (2000).

Essa ideia sustentada, a partir da afirmação do discurso da harmonia na relação entre brancos e negros, se coloca submetida constantemente à repetição de si mesma e torna ocultas e persistentes as violências necessárias a sua manutenção. Outro ponto se referiu à miscigenação existente no país e aos discursos produzidos sobre esse fenômeno que invisibilizam as diferenças e desigualdades existentes entre grupos hierarquizados racialmente e que não permitem a explicitação da classificação racial baseada em uma construção social da inferioridade da raça negra (Nobles, 2000).

Os dois dispositivos a que fizemos referência foram trabalhados a partir de suas relações na produção de conhecimento, instituições, relações sociais e subjetividades. Por esse motivo também foi nosso objetivo tornar visíveis as consequências do racismo, estruturado de forma tão profunda na identidade brasileira, apresentando a partir de estudos de teóricos brasileiros como Ricardo Henriques (2002), Nilma Lino Gomes (2002), Emanuel Tadei (2002) e Iray Carone & Maria Aparecida Bento (2002) o racismo nas instituições sociais e políticas e suas articulações com outras formas de opressão.

Diante de compreensão dos discursos, lógicas e práticas que marcam o racismo e suas consequências na sociedade brasileira, era necessário analisar também as formas de enfrentamento já que o movimento negro (e suas diversas formas de organização), é um ator social fundamental na luta de combate ao racismo no Brasil desde os tempos coloniais.

Os dilemas do combate ao racismo podem ser compreendidos como afirma Kabengele Munanga (1996), como um fenômeno complexo comparado a um iceberg, que mantém partes invisíveis. Podemos considerar que essa invisibilidade é derivada principalmente da naturalização das desigualdades raciais no país que diluem a história e silenciam os processos de produção e reprodução do lugar subalterno dos/as negros/as.

Considerando que essa invisibilidade atua também sobre as formas de resistência e enfrentamento construída por sujeitos e grupos sociais frente ao racismo desde sua constituição histórica, objetivamos nessa unidade explicitar as dinâmicas e estratégias de enfrentamento ao racismo em todos os níveis.

Nesse ponto do debate da disciplina, foi essencial reconhecer, visibilizar e recuperar a luta histórica de enfrentamento ao racismo relacionados com a formulação de pautas e bandeiras de luta do movimento negro como apresentado por Petrônio Domingues (2007). Luta que tem como uma de suas consequências contemporâneas a sistematização de políticas públicas para a igualdade racial como formas de reformulação da dimensão pública da questão racial.

Nesse momento incorporamos também a compreensão do Racismo e sua articulação com outras formas de opressão, explorando os trabalhos de Sueli Carneiro (2003), Matilde Ribeiro (2008) e Cristiano Rodrigues (2006) na compreensão das articulações sobre gênero e raça; estudamos as obras de Roger Bastide (1971) e Vagner Gonçalves da Silva (2005) para a discussão acerca das religiões de matriz africana no Brasil e sobre o direito a liberdade religiosa, além de debatermos as conexões entre raça e geração nas vivências da juventude negra e de periferia, através dos estudos sobre hip hop (Weller, 2000; 2004). A promoção de políticas públicas de combate às desigualdades raciais se traduziu no debate em torno das Políticas de Ação Afirmativa nas universidades públicas a partir dos trabalhos de Guimarães (2005) e Mayorga e Souza (2010).

### *A dinâmica em sala de aula*

Falar da experiência de lecionar *Psicologia Social do Racismo* é um prazer e um desafio, uma vez que a materialização desta disciplina representa um esforço de politização do debate racial na Psicologia.

Nas ciências e em outros jogos políticos, identidades, processos e grupos são reconhecidos ou deslegitimados a partir do seu “modo de fazer”; o “como” tecem a trama dos significados e sentidos, ampliando (ou não) o campo do possível e por isso, na primeira e segunda vez em que a disciplina *Psicologia Social do Racismo* foi ofertada, tivemos um cuidado especial ao pensar o “como fazer” o cotidiano desta disciplina.

Assim como Gomes & Silva (2002) afirmamos que, também na Psicologia “*O trato da diversidade não pode ficar a critério da boa vontade ou da implantação de cada um. Ele deve ser uma competência político-pedagógica a ser adquirida pelos profissionais* (p. 23)” nos diferentes tempos e espaços dos processos de formação para impactar afirmativamente o cotidiano das relações profissionais e pessoais destes sujeitos. E para isso, “novas/ outras lentes” eram necessárias. Essas lentes deveriam servir, antes de qualquer coisa, para que pudéssemos, educadoras e estudantes, lançarmos olhares sobre nossas práticas cotidianas, profissionais, institucionais que nos permitissem, em diálogo com referenciais teóricos dos campos das relações raciais e da psicologia social, problematizar reproduções e enfrentamentos ao racismo e as formas como a psicologia se insere nessas dinâmicas.

A metodologia é “a caixa de ferramentas” que nos permite fazer um recorte na realidade para observá-la de outros lugares. Optamos por relacionar diferentes técnicas e recursos com a circulação em diferentes espaços estabelecendo conexões capazes de ampliar os campos do possível neste processo de investigação, partilha e elaboração de conhecimentos.

Com esta implicação política e pedagógica, lançamos mão de recursos como textos, slides, músicas, poesias, vídeos, dinâmicas e debates e optamos por realizar:

1. Aulas expositivas – nas quais foram discutidos conteúdos teóricos necessários a um nivelamento conceitual da turma. Com o intuito de estimular a turma a ir além de pressupostos referenciados no senso comum, investimos no aprofundamento de conceitos e perspectivas, apresentando o campo dos estudos sobre o racismo no Brasil como um campo de Psicologia Social, com especial enfoque no debate sobre relações raciais e raça enquanto uma construção social.

2. Seminários Temáticos – que se configuraram como espaços para o desenvolvimento da investigação coletiva e da crítica. Cada grupo, a partir de leitura prévia de textos por nós indicados, apresentava e debatia um tema pré-definido com objetivo de fomentar uma interlocução com a turma que contemplasse a análise crítica do conteúdo estudado e das formas como nas vivências e observações cotidianas ele é percebido.

3. Debates com a participação de convidados (Ativistas do Movimento Negro e Acadêmicos) – Em algumas aulas contamos com a presença de pessoas que se dedicam a questão racial no movimento negro e nas pesquisas acadêmicas. A participação dessas pessoas envolvidas no cotidiano com esta temática conferiu outro tom as aulas, de forma que a vivência que associa reflexão e prática dos convidados tocou os estudantes de forma a ampliar possibilidades de contato e perspectivas.

4. Dinâmica de sensibilização – Utilizamos técnicas de grupo vivenciadas no Movimento Negro como uma estratégia de sensibilização da turma. O emprego dessas técnicas visou favorecer um processo de contato com as realidades de pessoas e grupos historicamente discriminados, que complementou e qualificou o ciclo de debates teóricos a partir do incentivo ao exercício da racionalidade posicionada (Haraway, 1995).

5. Atividades de interação com grupos sociais diversos – Na primeira versão da disciplina, foi solicitado aos estudantes que escolhessem um dos filmes pré-indicados na disciplina, que tratavam da questão racial em seus diversos aspectos, para debater com algum grupo social a ser escolhido: na escola, trabalho, família, movimento social, universidade, etc. Essa discussão deveria ter um roteiro prévio e o retorno dado pelos estudantes foi muito positivo no sentido de reconhecerem a importância de colocarem em prática os argumentos construídos ao longo do percurso da disciplina. Já na segunda versão, convidamos os estudantes a construir, coletivamente, um mapa do combate ao racismo na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Visitaram, conheceram e interagiram com grupos culturais diversos (Black music, hip hop, percussão, dança afro); grupos religiosos como Candomblé e Umbanda; equipamentos públicos; movimentos sociais diversos. Tal atividade propiciou reflexões importantes: interagir e ver os grupos em ação teve um efeito importante na (re)construção das concepções de resistência de negros e negras, deslocando-os de um lugar de vitimização.

A possibilidade de conhecer melhor experiências concretas de enfrentamento ao racismo possibilitou que os/as estudantes tivessem acesso a uma “outra” região metropolitana, intensamente invisibilizada nos cotidianos de estudo, trabalho e lazer dos estudantes e favoreceu movimentos de resignificação da história e vivências contemporâneas de grupos negros organizados.

Os debates dos conteúdos nem sempre aconteceram sem tensões, mas ao mesmo tempo, alguns elementos que reconhecemos como fundamentais para a discussão proposta emergiram em muitos momentos: a análise da própria condição racial foi algo que marcou a trajetória de alguns estudantes ao longo da disciplina; muitos deram retornos de estarem olhando para seu cotidiano de forma distinta a partir das discussões realizadas; muitos incluíram o debate racial em suas atuações de estágio e também formação e alguns desistiram da disciplina, não chegando a concluí-la. Para nós, que fizemos o convite aos estudantes, identificar o surgimento de perguntas e dúvidas que antes, de acordo com os participantes, não haviam sido pensadas ou problematizadas, nos pareceu algo fundamental e que aponta para a construção de um pensamento crítico. Ao mesmo tempo, em alguns momentos, o “fantasma” do politicamente correto “invadia” as aulas e os debates ficavam mais truncados ou pré-determinados por discursos que mascaravam a tensão do debate e das relações em torno de poder das quais ele se desenrola sem se direcionarem a interpelá-las. Sempre quando pudemos indicar que tal fato estava acontecendo, o fizemos.

Ao ofertarmos a disciplina de *Psicologia Social do Racismo* buscando visibilizar e politizar tensões e conflitos historicamente naturalizados e desconsiderados no espaço acadêmico, nosso percurso argumentativo e nosso caminho analítico consideraram três elementos fundamentais: o contexto; os sujeitos participantes e o rigor teórico-conceitual dos conteúdos. Atentas ao contexto no qual esta disciplina se configurou e estava sendo ministrada, identificamos diferentes pontos de tensão, entre eles a presença de sujeitos com diferentes identidades étnico-raciais, com expectativas diversas, com distintos níveis de compreensão e apropriação da questão racial e do racismo e variados posicionamentos políticos. Isso foi alvo da nossa atenção, pois ao lidar com um sistema de poder, que opera a partir de dinâmicas relacionais, de modo que os sujeitos participantes das aulas poderiam estar implicados a partir de lugares distintos, poderíamos suscitar direta ou indiretamente aspectos/elementos emocionais e afetivos, racionais e cognitivos, políticos e socioculturais.

O racismo à brasileira nos leva a supor que as universidades (e outros espaços) são contextos não raciais e com sujeitos desracializados, por isso o tema das relações étnico-raciais, o combate ao racismo e seus impactos, e a promoção da igualdade racial podem e devem ser trabalhados de diferentes modos nas diversas disciplinas do curso de psicologia. Ao pensar sobre o cotidiano da disciplina de *Psicologia Social do Racismo*, algumas questões ganharam visibilidade entre elas:

*O que as(os) psicólogas(os) precisam saber para entender o racismo a brasileira e atuar no seu enfrentamento?; Como pensar o racismo e seus enfrentamentos em nível teórico e prático, considerando os diversos campos de atuação dos(as) psicólogos(as)?; Que saberes precisam se conectar neste processo para favorecer a construção individual e coletiva de estratégias de identificação e enfrentamento do racismo?; Como os profissionais da psicologia, em suas diferentes frentes de atuação, podem colaborar para a promoção da Igualdade Racial e para superação do racismo e de seus impactos?*

Ao longo do processo, foi possível perceber o surgimento e a identificação de tensões e angustias que vieram à tona a partir de diversos relatos e comentários pessoais que foram ao longo do processo sendo desnaturalizados. Aos poucos se criava o ensejo para a efetuação de novas conexões entre os conteúdos estudados na teoria e as vivências cotidianas dos estudantes, tanto nos espaços acadêmico e profissional quanto nos espaços privados. O cuidado exigido, nesse momento, era conseguir relacionar aquilo que era relatado como vivência/experiência com uma análise mais ampla da sociedade brasileira e dos aspectos psicossociais do racismo. Desta forma, identificamos a necessidade de espaços/tempos que possibilitem o diálogo e a reflexão, visto que o assumir “novas lentes” só foi se configurando como uma possibilidade real à medida que os estudantes puderam falar sobre suas experiências e tomar contato com as experiências dos colegas e convidados.

### **Considerações finais**

A experiência de ofertar a disciplina *Psicologia Social do Racismo* em um curso de Psicologia alcançou importantes objetivos: O aprofundamento teórico conceitual sobre os temas trabalhados; a implicação dos participantes da disciplina no trabalho coletivo; a construção de argumentos e a expressão de um posicionamento político frente aos temas trabalhados; a ampliação do olhar sobre o espaço da cidade e construção de novas rotas de circulação; o reconhecimento da cultura popular, dos espaços e formas de resistência negra e enfrentamento ao racismo; a desconstrução de estereótipos; o acesso a outros sujeitos e experiências. É preciso reconhecer que um espaço como o que foi oferecido pela disciplina é um passo de um longo e contínuo percurso.

Destas práticas surgiram fatos interessantes como a movimentação dos alunos para criar estratégias de enfrentamento ao racismo nos diversos espaços em que atuam. Os estudantes começaram a indicar músicas, textos e vídeos que abordam a questão e propor estratégias de enfrentamento nas diversas áreas a partir de um movimento espontâneo e criativo. Percebemos também que em muitos momentos o espaço que os estudantes negros e brancos tinham para ressignificar suas vivências raciais foi possibilitado pela disciplina. Fomos procuradas dentro e fora da sala de aula para ajudar a refletir sobre alguma questão que estava sendo vivida nas relações pessoais e profissionais.



Uma iniciativa como a da disciplina *Psicologia Social do Racismo* pode oferecer subsídios para o combate ao racismo a partir da e na psicologia em seus diversos cenários de atuação, o que inclui o próprio contexto de produção de conhecimento no qual ela se insere, colaborando para uma implicação dessa área num entendimento mais crítico dos aspectos psicossociais envolvidos nas relações e assimetrias raciais e no desenvolvimento de estratégias de intervenção que possibilitem um combate efetivo ao racismo. Essa experiência pode e deve ser aprimorada e esperamos que ela possa contribuir e inspirar outros professores/pesquisadores a trabalhar tal temática junto aos estudantes de Psicologia e outras áreas.

#### Referências

- Bastide, R. (1971). *As religiões africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora; EDUSP, vol. I e II.
- Carneiro, S. (2003). Mulheres em Movimento. *Estudos Avançados*, 17 (49).
- Carone, I. & Bento, M.A.S. (Orgs.) (2002). *Psicologia social do racismo*, Rio de Janeiro: Vozes.
- Chauí, M. (2000). *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Cruz, R., Ziller, J. & Nonato, B. (2010) Mapa do invisível: hierarquias sociais e universidade. In: C. Mayorga. (Org.). *Universidade Cindida, Universidade em Conexão*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Domingues, P. (2007). Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, (v.12), n.23, pp.100-122.
- Flores-Mendoza, C. & Colom, R. (Orgs.) (2006). *Introdução à Psicologia das Diferenças Individuais*. Porto Alegre: ArtMed.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Freyre, G. (2002). *Casa Grande & Senzala*. 30ª. Edição. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record.
- Gomes, N.L. & Silva, P.B.G.(2002). O desafio da diversidade In: N. Gomes & P.B.G. Silva. (Orgs). *Experiências étnico-culturais para a formação de professores*. Belo Horizonte: Autêntica, 13-33.
- Gonçalves da Silva, V. (2005). *Candomblé & Umbanda: Caminhos da Devoção Brasileira*. São Paulo, Summus/Selo Negro
- Guimarães, A.S.A. (2005), *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34.

- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 07-42.
- Heller, A. (1972) Sobre os preconceitos. In: *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Henriques, R. (2002). *Raça e gênero nos sistemas de ensino: os limites das políticas universalistas na educação*. Brasília: UNESCO.
- Hernstein, R. & Murray, C. (1994). *The Bell Curve: Class Structure and the Future of America*. New York: The Free Press.
- Horkheimer, M; Adorno, T. (1978). Preconceito. In: *Temas básicos de sociologia*. São Paulo: Cultrix.
- Masiero, A. L. (2005). A Psicologia racial no Brasil (1918-1929). *Estudos em Psicologia*. (v. 10), n. 2, pp. 199-206.
- Mayorga, C. (2011). Brasil e a questão racial - entre mitos, ideologias e lutas. In: B. Medrado & W. Galindo. (Org.). *Psicologia Social e seus movimentos - 30 anos de ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO/ Editora Universitária da UFPE, pp. 71-96.
- Mayorga, C., Ziller, J., Magalhães, M. & Silva, S. (2010). O problema que não tem nome: metodologia para o estudo das desigualdades. In: C. Mayorga (Org.). *Universidade cindida; universidade em conexão ensaios sobre democratização da universidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, pp. 151-180.
- Mayorga, C. & Souza, L. (2010). Ação afirmativa na universidade: quando ruídos se tornam vozes. In: C. Mayorga (Org.). *Universidade cindida; universidade em conexão ensaios sobre democratização da universidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, pp. 204-233.
- Munanga, K. (1996). O anti-racismo no Brasil. In: *Estratégias e Políticas de combate a Discriminação Racial*. São Paulo: Edusp, pp.79-94.
- Nobles, M. (2000). *Shades of citizenship. Race and the Census in modern politics*. Stanford University Press: California.
- Nogueira, O. (2007). Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo social*. (v. 19), n. 1, pp. 287-308.

- Oliveira, L.A.G. (2000). Negros e educação no Brasil. In: Lopes, E.M. et al. *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, pp. 325-346.
- Oliveira, L.A.G. & Silva, P.B.G. (2000). Movimento Negro e Educação. *Revista Brasileira de Educação*, no.dec, n.15, pp. 134-158.
- Pereira, C. (2003). Um estudo do preconceito na perspectiva das representações sociais: análise da influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 16 (1), pp. 95-107.
- Prado, M. A. M. & Machado, F. V. (2008). *Preconceito contra homossexualidades – a hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Editora Cortez.
- Quijano, A (2005). Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: E. Lander (Org.). *A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-Americanas*. pp. 227-278. Buenos Aires: CLACSO.
- Ribeiro, M. (2008). Mulheres Negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. *Estudos Feministas*, 16 (3): 424. Florianópolis:
- Rodrigues, C. (2006). *As Fronteiras entre Raça e Gênero na Cena Pública Brasileira*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais.
- Silva, P. B. G. & Barbosa, L. M. de A., (1997). Pensamentos Negros em Educação: Expressões do Movimento Negro. São Carlos: Ed. da Universidade Federal de São Carlos.
- Tadei, E. M. (2002). A mestiçagem enquanto um dispositivo de poder e a constituição de nossa identidade nacional. *Psicologia-Ciência e Profissão*, 22 (4), 2-13.
- Weller, W. (2000). A construção de identidades através do hip-hop. *Caderno CRH*. Salvador, n.32, jan.jul, pp. 213-232.
- Weller, W. (2004). O hip hop como possibilidade de inclusão e de enfrentamento da discriminação e da segregação na periferia de São Paulo. *Caderno CRH*, Salvador, v.17, jan-abr., pp.103-116.

Recibido: 30 de julio del 2013.  
Aceptado: 5 de noviembre del 2013.